

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver estudos legislativos, analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

João Marcelo Lima - Técnico em Gestão do Meio Ambiente;

Daniela Rodrigues De Nardi - Estagiária;

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

.....
Este informativo é de responsabilidade do NEL/SEMAS-PA

Responsável: Camila Veloso

Revisão: Rebeca Reitz e Andressa Dourado

Email: nel@semas.pa.gov.br

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS

CARTA AO LEITOR



Nesta 68ª edição do LEGIS SEMAS, destaca-se a publicação Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021, que institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio. Outro destaque, refere-se a portaria MCTI nº 5.435, de 20 de dezembro de 2021, a qual dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

Em âmbito estadual, ressalta-se a publicação da Lei nº 9.403, de 21 de dezembro de 2021, que disciplina o transporte de animais domésticos no interior de veículos integrantes do transporte público intermunicipal do Estado do Pará. Outra norma relevante, diz respeito à Portaria SEMAS nº 2.403, de 17 de dezembro de 2021, que altera a Portaria SEMAS Nº 1.526, de 04 de dezembro de 2020, para destituir e nomear membros do Grupo de Trabalho denominado GT – CARQUILOMBOLA, prorrogar prazo de vigência e modificar o art.7º.

Já na esfera municipal, tem-se a Lei nº 9.728 de 27 de dezembro de 2021, a qual adita parágrafo único no art. 2º e altera o caput do art. 2º da Lei nº 9.411, de 18 de dezembro de 2018, instituindo no Município de Belém o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal circulando no trânsito em áreas urbanas.

O "Fique de Olho", desta edição, traz o processo seletivo dos cursos técnicos do SENAR para o 1º semestre de 2022. Outra dica, é a realização de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para os cargos de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais e de Fiscal de Receitas Estaduais da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA. Além dessas sugestões, ainda há os processos seletivos do programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado para 2022, tanto da Universidade Federal do Pará (UFPA) quanto da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Em tempo, o livro "Licenciamento e Avaliação de Impacto Ambiental" é a sugestão do "NEL Indica". Essa obra é uma das mais conceituadas e tradicionais a respeito de Direito Ambiental no Brasil. Essa nova edição está de acordo com a Lei nº 14.064/2020 sobre a proteção destinada aos animais de estimação, a Lei nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e o Tema 999 da Repercussão Geral, tratando da imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.

Boa leitura!

Rebeca Reitz

Coordenadora - NEL

NORMAS FEDERAIS



LEI nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza.

LEI nº 14.285, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera as Leis nos 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.

DECRETO nº 10.918, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, de que trata o art. 32 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.

DECRETO nº 10.901, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. Promulga as Emendas à Convenção sobre o Regulamento Internacional para evitar Abalroamentos no Mar, adotadas pela Assembleia da Organização Marítima Internacional entre 1981 a 2013.

DECRETO nº 10.906, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.



**Plano Nacional
de Enfrentamento
ao Feminicídio**



1

NORMAS FEDERAIS

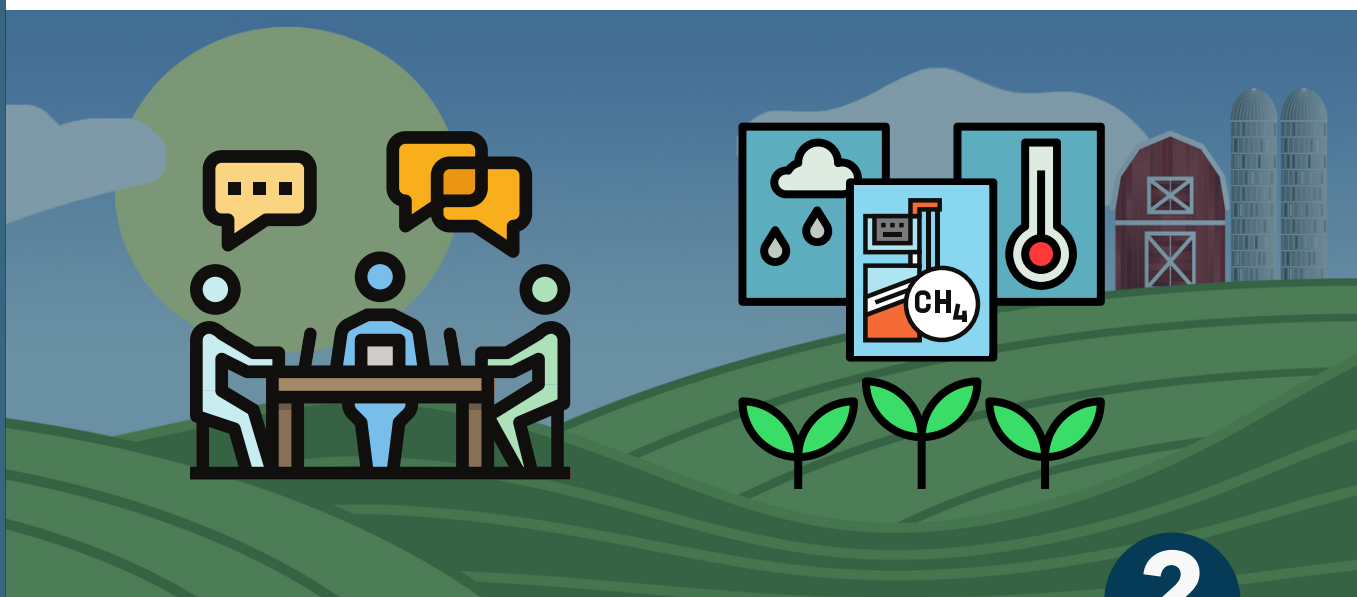


DECRETO nº 10.910, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

RESOLUÇÃO CDSA/MAPA nº 3, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Grupo de Trabalho sobre Mitigação de Metano na Agropecuária Brasileira no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - CDSA no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

RESOLUÇÃO CDSA/MAPA nº 4, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Grupo de Trabalho sobre Mudança de Uso de Solo e Conformidade Ambiental, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - CDSA no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

RESOLUÇÃO MDR/SFPP Nº 2, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2021. Cancelar os incentivos financeiros do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, aprovados em favor de TERRANORTE S/A - TERRAPLANAGEM E AGROINDÚSTRIA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.551.842/0001-92, em face da inviabilidade do projeto em função de fatores supervenientes, bem como da desistência de sua implantação por parte da empresa, consubstanciado no art. 12, § 4º, incisos III e IV da Lei nº 8.167, de 1991.



NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO MMFDH/CONATRAE nº 2, DE 30 DE AGOSTO DE 2021. Aprova o Relatório Final de Monitoramento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

RESOLUÇÃO ANA nº 113, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021. Estabelece os preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União para o exercício 2022.

RESOLUÇÃO CFBIO nº 614, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a habilitação e atuação do Biólogo em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA nº 22, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021. Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais e revoga os atos normativos consolidados, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MCTI nº 5.435, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais - Rede Clima.

PORTARIA ME nº 14.817, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. Divulga os dias de feriados nacionais e estabelecidos os dias de ponto facultativo no ano de 2022, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

PORTARIA MMA nº 3.114, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Comitê Técnico-científico para acompanhar a implementação e realizar monitoria e avaliação do Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Mexilhão - dourado (Limnoperna fortunei) no Brasil - Plano Mexilhão - dourado.

PORTARIA MMFDH nº 4.063, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos - PNEC-DH, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

PORTARIA MDR nº 3.314, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021. Prorroga o prazo de que trata o § 12 do art. 9º da Lei n. 8.167, de 16 de janeiro de 1991, relativo aos Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

DESPACHO ME, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. Alteração contratual (Terceiro Termo Aditivo) de operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Estado do Pará (PA) e a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), no valor de R\$ 537.322.634,96 (quinhentos e trinta e sete milhões, trezentos e vinte e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), cujos recursos são destinados a execução de programa de investimento nas áreas de saúde, desenvolvimento e mobilidade urbana, infraestrutura e logística, e infraestrutura turística no Estado do Pará.



Rede Brasileira
de Pesquisa sobre Mudanças
Climáticas Globais

NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.391, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Estudos Sustentáveis e Tecnológicos da Amazônia - Amazônia Tec.

LEI nº 9.403, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021. Disciplina o transporte de animais domésticos no interior dos veículos integrantes do transporte público intermunicipal de passageiros do Estado do Pará.

LEI nº 9.429, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Cooperativa dos Agricultores Familiares Guamaenses (COAFAG).

LEI nº 9.433, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Associação dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Vila Bom Jesus, PA Floresta Gurupi I (APRAFAJE).

LEI nº 9.434, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, o Instituto de Desenvolvimento Amazônia Sustentável (IDEASSU).



NORMAS ESTADUAIS



LEI nº 9.436, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombos Mocambos de Santa Fé (ACREQMOSFE).

LEI nº 9.442, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Associação Comunitária dos Agricultores do Pitanga Rio Caminaú.

LEI nº 9.443, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Cooperativa Agropecuária de Prainha (COOAPRA).

LEI nº 9.447, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Fica declarada e reconhecida como de utilidade pública para o Estado do Pará, na forma da Lei nº 4.321, de 03 de setembro de 1970 e suas alterações, a Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia (ASSEEFA).



NORMAS ESTADUAIS



DECRETO nº 2.090, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

DECRETO nº 2.091, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

PORTARIA SEMAS nº 2.403, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. Altera a Portaria SEMAS nº 1.526, de 04 de dezembro de 2020, para destituir e nomear membros do Grupo de Trabalho denominado GT – CARQUILOMBOLA, prorrogar prazo de vigência e modificar o art.7º.



NORMAS MUNICIPAIS

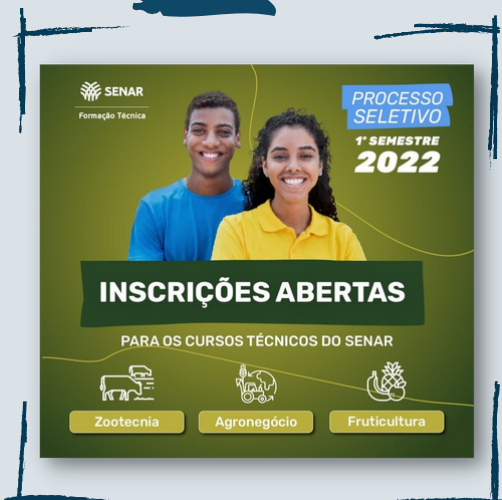


LEI nº 9.728 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021. Adita parágrafo único no art. 2º e altera o caput do art. 2º da Lei nº 9.411, de 18 de dezembro de 2018, que “Institui no Município de Belém o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal, que circulam no trânsito em áreas urbanas”.

Publicado no DOM nº 14.389, de 28 de dezembro de 2021. (p. 2).



FIQUE DE OLHO



PROCESSO SELETIVO PARA CURSOS TÉCNICOS DO SENAR PARA O 1º SEMESTRE DE 2022.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR - por meio da modalidade de ensino à distância, oferece vagas para os cursos técnicos de: Zootecnia, Agronegócio e Fruticultura, visando à seleção de candidatos. O período para realizar a **inscrição** é a partir **das 16h do dia 06/12/2021 até as 23h59min do dia 24/01/2022**, horário de Brasília.

Para acompanhamento de mais informações, [clique aqui!](#)

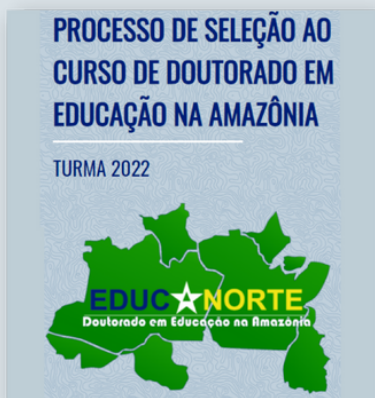


CONCURSO PÚBLICO - SEFA/SEPLAD.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD/PA e a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para os cargos de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - e de Fiscal de Receitas Estaduais - das Carreiras da Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA. As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet no portal da Fadesp na página do concurso público da SEFA, no endereço eletrônico <https://www.portalfadesp.org.br>, iniciando às 16h do dia 19/01/2022 até às 23h59min do dia 10/02/2022.

Para mais informações, [clique aqui!](#)

FIQUE DE OLHO



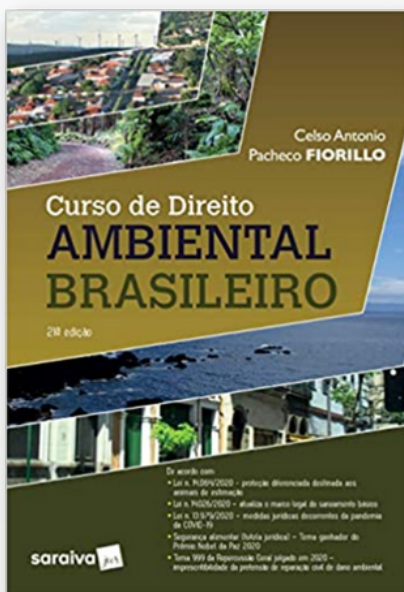
Processos seletivos dos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado acadêmicos da Universidade Federal do Pará - UFPA - para 2022

Doutorado em Educação na Amazônia. [Clique para conferir!](#)
Mestrado Profissional para Ensino das Ciências Ambientais. [Clique para conferir!](#)



Processo seletivo do programa de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado acadêmicos da Universidade Estadual do Pará - UEPA - para 2022

- Doutorado em Ciências Ambientais. [Clique para conferir!](#)
- Mestrado em Ciências Ambientais. [Clique para conferir!](#)



Curso de Direito Ambiental Brasileiro - 21ª Edição 2021

O Curso de Direito Ambiental Brasileiro é uma das mais conceituadas e tradicionais obras a respeito de Direito Ambiental no Brasil. A nova edição está de acordo com a Lei nº. 14.064/2020 - proteção diferenciada destinada aos animais de estimação, a Lei nº. 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico e o Tema 999 da Repercussão Geral julgado em 2020 imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.

Para adquirir e obter mais informações sobre o livro, [clique aqui!](#)

Curta e siga nossas redes sociais



Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br